

## **Maria Antoniêtta: uma mulher caririense entre a cruz e o coturno**

Eilane Régia Duarte Lourenço  
Maria Jéssica Moraes Rodrigues

---

### **Resumo**

Neste artigo, analisamos episódios ligados à trajetória da vida da educadora popular Maria Antoniêtta, formadora de lideranças sindicais rurais à época que precedeu o golpe de Estado de 1964, principalmente a sua prática formativa, associada e, ao mesmo tempo, deslocada das tenazes da Igreja Católica (a cruz), e a perseguição que lhe moveu a ditadura militar-empresarial (o coturno), a partir de 1964, destacando aqui não apenas a coerção da qual ela foi vítima, mas, do mesmo modo, a sua capacidade de resistência pessoal, profissional e política, que recuperamos a partir de uma entrevista da educadora.

**Palavras-Chave:** Igreja católica; ditadura; resistência; luta da mulher no Cariri.

## **Maria Antoniêtta: a woman from Cariri between the cross and the combat boots**

---

### **Abstract**

In this article, we analyze episodes linked to the life trajectory of popular educator Maria Antoniêtta, trainer of rural union leaders at the time that preceded the 1964 coup d'état, mainly her training practice, associated with and, at the same time, displaced from the tongs of the Catholic Church (the cross), and the persecution caused by the military-business dictatorship (the combat boots), from 1964 onwards, highlighting here not only the coercion of which she was a victim, but, in the same way, her ability of personal, professional and political resistance, which we recovered from an interview with the educator.

**Keywords:** Catholic Church; dictatorship; resistance ; women's struggle in Cariri.

---

## Texto integral

---

### Introdução

Neste artigo, recuperamos e analisamos a trajetória política da educadora Maria Antoniêta, formada pela Igreja Católica (a cruz) e pelos órgãos técnicos da época (começo dos anos 1960), com o fito de formar lideranças para os sindicatos rurais. A sua trajetória se confunde primeiro com a constituição dos sindicatos rurais e, depois, com a conspiração que conduziu ao golpe de Estado de 1964 (o coturno).

Nascida nos “sertões semiúmidos” da região do Cariri, mais exatamente na cidade de Barbalha, há 84 anos, Antoniêta — ainda que proveniente de uma família tradicional da cidade — sofreu apuros e provações pelas mãos insensíveis e molestas da ditadura militar-burguesa (o peso do coturno) que pisou o coração do país nos anos de 1960 a 1980. Entretanto, ela resistiu, sobreviveu e se tornou testemunha viva de uma história de resistência que tem também a sua faceta feminina.

Quando o golpe de Estado irrompeu na cena pública, a jovem educadora estava no sertão de Pernambuco, realizando um trabalho de formação política junto aos camponeses. Em uma definição lapidar, aí começou o seu calvário ao longo dos “anos de chumbo”. As nossas próprias experiências de pesquisa sobre o golpe de 1964 e a ditadura dele resultante, bem como as suas repercussões no Cariri, nos conduziram a essa personagem e as suas zonas de conflito com o poder ditatorial. Quase sem exceção, a história de vida de Maria Antoniêta, que aqui é concisamente reconstituída, tem como alicerce a análise documental de uma entrevista por ela concedida a Fábio José de Queiroz, professor e pesquisador da Universidade Regional do Cariri (URCA). É dessa história que se ocupa este breve artigo. Por fim, quando escrevemos este breve texto, Antoniêta já é uma senhora com mais de 80 anos, com problemas de saúde, mas lúcida; lúcida como tantas mulheres que, apesar do peso do coturno, lutaram pela retomada das liberdades políticas no Brasil.

## **Uma educadora da classe trabalhadora: anos de formação sob o signo da cruz**

No começo da década de 1960, às vésperas do golpe burguês-militar de 1964, segundo Schwarz (2001), o Brasil estava irreconhecivelmente inteligente. Era o tempo do “Cinema Novo”, do Centro de Cultura Popular (CPC) e do surgimento dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse sopro de renovação vinha desde a década de 1950, mas, certamente, recebeu um impulso na década seguinte. Foi mais ou menos nesse período que Maria Antoniêta começou a militar no movimento estudantil na pequena cidade de Barbalha, situada no Sul do estado do Ceará.

Nascida no berço de uma família tradicional barbalhense — Duarte Grangeiro —, de feito, Antoniêta conseguiu desenvolver os seus estudos em um período em que as pessoas, em geral, e, muito particularmente, as mulheres, não alcançavam o patamar por ela atingido. Maria Antoniêta rejeitou posteriormente a designação Duarte Grangeiro, mas foi como integrante desse clã legendário da pequena cidade caririense que ela fez o 1º ano do “normal pedagógico” na sede do município natal; depois, deslocou-se para o Crato, cidade situada a 21 km de Barbalha, onde ela prestou o 2 e o 3º anos, concluindo, assim, o curso que a preparava para o magistério.<sup>1</sup>

Ao se mudar para o Crato, uma vez que pelas condições da época não era nada simples transitar entre os municípios do Cariri, ela se aproxima da cruz, isto é, ela se acerca da Igreja Católica por intermédio da Diocese cratense e, especialmente, pelo fato de estudar em escola vinculada à sede episcopal.

Se considerarmos, em todo caso, o talento e a inteligência de Antoniêta, não haveria porque nos surpreender com que a Igreja, pouco a pouco, se dispusesse a aproveitar as qualidades da nossa personagem. O que chamamos aqui de talento e inteligência decorre do fato de que não nos parece comum (mesmo normal) que uma jovem tenha sido preferida pelas lideranças da Diocese do Crato, que, de feito, a

---

<sup>1</sup> Na entrevista, Maria Antoniêta não designa precisamente o nome da instituição de ensino em que ela estudou na cidade de Barbalha antes de se deslocar para o Crato, onde estudará no Colégio Santa Tereza.

elegeram para uma tarefa de reconhecida envergadura: a de formar líderes rurais. Entregar tal tarefa nas mãos de uma jovem mulher — no começo dos anos 1960, em que o espaço destinado às mulheres, principalmente em tais atividades, era diminuto, à primeira vista, afigura virtudes como capacidade intelectual e qualidades pedagógicas.

De modo aparentemente paradoxal, a Diocese do Crato apostou na incorporação da jovem inquieta e obstinada, que vinha do movimento estudantil e trazia em germe um espírito contestador. Assim, decidiu formá-la como operadora da política da Igreja para o movimento sindical, notoriamente aquele de conotação agrária. O paradoxo, porém, era apenas aparente. Tratava-se de recrutar o melhor do ativismo social para o projeto da Igreja Católica voltado para o sindicalismo rural. Seria errôneo, contudo, que nos esquecêssemos de que essa atitude ousada da hierarquia católica era parte constituinte de sua estratégia de disputar os movimentos sociais com as forças comunistas.

A ameaça das ligas camponesas, e, de certo modo, a influência comunista no coração do movimento, levou a Igreja Católica a disputar, palmo a palmo, a condução política do sindicalismo rural nascente. O desenlace estratégico deveria ser a hegemonia católica sobre os movimentos sociais de base agrária. O golpe burguês-militar e o regime dele decorrido ajudaram a consolidar o êxito do estratagema pensado pela hierarquia católica.

Ao estudar a formação de Maria Antonietta nesse período, percebemos a presença de duas características bem acentuadas. Em primeiro lugar, afloram em seu percurso elementos de contradição com a Igreja, fato que fica evidente na postura do célebre monsenhor Francisco Holanda Montenegro<sup>2</sup> com relação à jovem ativista, de quem ele desconfia, supondo se tratar de uma comunista sutilmente entranhada na terra

---

<sup>2</sup> Monsenhor Francisco Holanda Montenegro foi a pedagogia de batina na cidade do Crato. Dirigiu por mais de 50 anos o Colégio Diocesano, um dos pilares da educação conservadora católica na urbe cratense, ao lado do Madre Ana Couto e do Santa Tereza. A criação da Faculdade de Filosofia, sob a regência de Dom Vicente, ampliou e aprofundou o domínio do catolicismo institucional no campo educacional, não apenas no Crato, mas na região do Cariri. Monsenhor Montenegro faleceu em 2003.

de Deus.<sup>3</sup> Não por acaso, dois anos antes do golpe de Estado, quando Antoniêta estudava no Colégio Nossa Senhora de Fátima, em Crato, foi visitada precisamente por Monsenhor Montenegro, que a buscou unicamente para tratar de uma acusação contra ela, no caso, de que a jovem barbalhense pertenceria “às falanges do comunismo”. Na entrevista concedida ao professor Fábio José de Queiroz, a nossa personagem reconstrói essa memorável cena:

Ai um dia quando eu voltei, eu estava na sala de aula quando Monsenhor pede silêncio, bate na mesa e diz e diz assim: “Maria Antonieta aqui você está sendo acusada de ser comunista e pertencer às falanges do comunismo e nós não podemos ficar com uma jovem que está trabalhando no setor da diocese na formação de trabalhadores rurais se esta história for verdadeira” (Antoniêta, 2023, p. 3)<sup>4</sup>.

A linguagem anticomunista revela-se em toda sua nitidez no discurso do Monsenhor, ao dizer que ela foi “acusada de ser comunista e pertencer às falanges do comunismo”. Apesar disso, como se tratava de uma desconfiança e não de uma certeza cabal e irrestrita, a Diocese do Crato seguiu investindo na formação política da futura educadora popular. Em paralelo a essa pressão exercida por pessoas da cúpula da Igreja, decidiu-se que essa formação deveria incorporar cursos produzidos na alta esfera do Estado com o intuito de instruir agentes formadores que circunscrevessem a sua atuação nos limites da ordem social vigente. Desse modo, Igreja e Estado agiam em uma perspectiva, não de mudança, mas de controle social.

No horizonte da Igreja Católica, um quadro formador no campo da Escola de Líderes Rurais não poderia jamais trilhar um caminho que pudesse sequer sugerir

---

<sup>3</sup> Essa nossa ilação não é gratuita ou aleatória, mas advém da análise da documentação, isto é, do exame metucioso das passagens da entrevista em que Antoniêta faz referência ao Monsenhor Montenegro.

<sup>4</sup> Todas as citações de Maria Antoniêta neste texto foram extraídas da entrevista que, no ano de 2023, ela concedeu a Fábio José de Queiroz, professor associado do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), que, conforme indicamos no capítulo introdutório, gentilmente, nos cedeu o direito de uso. A entrevista foi concedida em Fortaleza na casa de um de seus filhos e na qual ela morou no período da ditadura.

qualquer vestígio de subversão à ordem estabelecida. Por outro lado, cursos como os administrados pelo Centro de Produtividade do Nordeste e pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (Ancar)<sup>5</sup> com efeito, reforçavam esse espírito de ordem e de cooperação.

Posto isso, Maria Antoniêta, cerceada pela hierarquia católica e por agentes formadores do Estado, encontrava no campo, mais do que no conteúdo geral dos cursos, o apetite de aprender e a avidez de mudar as difíceis condições de vida propiciadas por uma estrutura agrária concentrada e forçosamente injusta. Isso provavelmente a empurrava “para além” do comezinho ensinado por técnicos estatais e líderes religiosos.

Além disso, cruza nitidamente o olhar que o momento de emergência de Maria Antoniêta como formadora popular coincide com as tensões políticas que apartaram o país em dois blocos opostos: os defensores das reformas de base, isto é, de um conjunto de mudanças sociopolíticas, e os partidários de uma solução antidemocrática e, no limite, reacionária. Nesse terreno, recordemos que a renúncia de Jânio Quadros, da Presidência da República, no dia 25 de janeiro de 1961, representou o ponto de clivagem entre esses dois blocos, identificados por Dreifuss (1981) como o do nacional-desenvolvimentismo<sup>6</sup> e o do complexo IPES/IBAD<sup>7</sup>.

Consequentemente, o processo formativo da Antoniêta e a sua atuação junto aos sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais coincidem com esse contexto histórico de confrontação que punham em lados adversos os favoráveis às reformas de

---

<sup>5</sup> O Centro de Produtividade do Nordeste (Cepron) era ligado ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao passo que a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (Ancar), surgida em 1954, é antecessora da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce). Tanto uma como a outra prestavam assessoria técnica aos produtores rurais, incluindo cursos de formação.

<sup>6</sup> Esse bloco nacional-desenvolvimentista, em uma linguagem inspirada em pesquisas oriundas da Universidade de Campinas (Unicamp), correspondia ao “populismo”, apoiador da cooperação entre trabalho e capital, mediada pela regulação do Estado.

<sup>7</sup> O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram criações do que Dreifuss (1981) designou de “elite orgânica”, constituída, sobretudo, por representantes dos interesses financeiros multinacionais e associados, pela plutocracia estatal e a cúpula militar. Na compreensão do historiador uruguaio, essas entidades atuaram não apenas no trabalho de conspiração contra Goulart (1961–1963), mas, igualmente, no “golpe de classe” que caracterizou o movimento que conduziu à derrubada do governo em 1964.

base e os patronos de uma cuidadosa e contumaz conspiração que, em seu desenvolvimento, resultou no golpe de classe de 1º de abril de 1964.

Observamos, assim, uma estreita relação entre o percurso formativo da jovem educadora caririense e o aterrador desenvolvimento de uma situação política que, visto em perspectiva, conduziu a mais longa ditadura de inspiração militarista da história nacional.

Em registro diverso, cabe-nos rememorar que, nesse primeiro momento, a contradição principal da prática de Maria Antoniêta não ocorreu diretamente com o militarismo ascendente, mas com a Igreja, ou seja, com a cruz. A pecha de comunista a acompanhou em toda sua trajetória como educadora popular junto ao sindicalismo rural. Em um determinado momento, demonstrando mais uma vez que as instituições não são estruturas homogêneas e fechadas, o padre Aquiles Feitosa, também lotado na Diocese do Crato, enfrentando o conservadorismo da corrente ou a linhagem da Igreja da purificação, conforme o depoimento da própria Antoniêta (2023), defendeu a jovem educadora contra os maus humores do anticomunismo inculcado no catolicismo. Defendendo-a contra os que, no interior da igreja, a apontava como “subversiva” e, por conseguinte, imprópria para o trabalho de formação da massa camponesa, o padre Aquiles, perante o bispo Dom Vicente de Araújo Matos, defendeu que ela seguisse desenvolvendo sua atividade pedagógica. Podemos julgar que isso tenha sido decisivo para que Antoniêta pudesse seguir atuando no interior da Escola de Líderes Rurais.

Apesar do balanço pouco animador, ela seguiu “aprendendo e ensinando” lições que lhe serão muito úteis nos anos vindouros quando, finalmente, desvencilhou-se dos grilhões de Dom Vicente<sup>8</sup>, do Monsenhor Montenegro e da Madre Feitosa<sup>9</sup>, nadando agora contra outras correntes.

---

<sup>8</sup> Dom Vicente de Araújo Matos Filho, nascido na cidade de Itapajé-CE e formado no Seminário da Prainha em Fortaleza-CE, tornou-se Bispo Auxiliar (1955) e, posteriormente, Bispo Principal da Diocese do Crato, onde permaneceu como liderança institucional até 1992. Faleceu em 1998.

<sup>9</sup> Madre Maria Carmelita Feitosa, nascida na cidade de Tauá em 1921, foi diretora do célebre Colégio Maria Teresa de Jesus, no Crato, instituição onde estudou Maria Antoniêta, que responsabiliza a Madre pela denúncia chegada ao Rio Grande do Norte de que a educadora barbalhense seria comunista. Madre Feitosa morreu em 2019, aos 98 anos.

A questão-chave é que, em seu percurso, a cruz encontrou a espada e o coturno, e a educadora, que sofreu as coações da hierarquia clerical em seu estágio formativo, foi alcançada pela mão pesada das forças militares no instante em que, sem hesitações, e já fora do estado Ceará, tornou-se alvo direto dos agentes do golpismo triunfante.

No instante em que a educadora se deparou com a ascendência de *la manu militari*, ela entrou em contato com forças sociais que se achavam à esquerda de seus mestres clericais e de inspiração técnica. O trabalho em Pernambuco, precisamente em Petrolina, já não elidia a presença das ligas camponesas, oponentes vigorosamente cogitados na estratégia hegemônica da Igreja; oponentes que deveriam ser derrotados, não sendo, portanto, merecedores de conversações e acordos.

Nesse sentido, às vésperas do golpe e no momento de sua eclosão, a moça já não se mostrava refém dos impulsos inerentes a uma educação rígida e, em geral, conservadora. O convívio e a intimidade com as demandas camponesas e de seus movimentos mais radicais, à primeira vista, parecem ter incidido sobre sua conduta política. Nesse átimo, já conseguia apontar com nitidez quais eram as forças que olhavam para frente e projetavam um país menos desigual e quais aquelas que apostavam no retrocesso como estratégia política.

### **Antoniêta: uma educadora dos sertões contra a força do coturno**

Uma das grandes preocupações da historiografia contemporânea no Brasil é retirar de uma zona de sombra sujeitos e sujeitas que, durante os 21 anos de ditadura militar-burguesa, estiveram no campo da resistência popular, mas que, começada a análise do período, em larga medida, foram esquecidos(as). Nesse caso, temos uma série de pessoas e grupos, e, de plano, devemos nos lembrar de operários(as), camponeses(as), indígenas, negros(as), população LGBTQIA+ e, seguramente, as mulheres.

Michelle Perrot (2007) chamava a atenção para a superação da invisibilidade da mulher na história. Em suas palavras, “Escrever a história das mulheres é sair do silêncio



que elas estavam confinadas”(Perrot, 2007, p. 16). No caso da história da ditadura no Brasil, as mulheres compõem um dos grupos sociais que entraram tardiamente no cerne das preocupações dos estudos sobre o período. Hoje, esse campo conquistou seu direito à cidadania histórica.

Neste artigo, fazemos um acerto de contas com uma dessas lacunas, que, de algum modo, começou a ser preenchida na virada do XX para o XXI, sem que sejamos levados a crer que esse filão de pesquisa histórica já se aproxima de algum grau de esgotamento. Na realidade, estamos no começo de uma longa caminhada. Aqui, estamos recuperando uma faceta dessa história, dando primazia à trajetória de uma mulher de uma região longínqua dos principais centros da economia política nacional.

Ao nos depararmos com a entrevista de Maria Antoniêta, não há como não concluir que estamos diante de uma intelectual dos sertões, seja pela fibra de mulher sertaneja, seja pela linguagem ou pelas referências que a revelam como pertencente a uma fração delineada do espaço nacional. Não acidentalmente, quando uma colega a convidou para realizar a seleção para entrar na Ancar, e fez referências ao bom salário, Antoniêta se preocupou com outra questão, conforme destacou na entrevista: “[...] não me interessa só ser bem remunerada o que me interessa é o resultado disso em favor da população rural” (Antoniêta, 2023, p.4).

Essa afirmação, decerto, teria de ser confrontada com sua trajetória formativa, que passou pelo Cariri, pelo sertão do Rio Grande do Norte e por Fortaleza. Em todos esses lugares, o sertão está ausente e está presente. A formação vem de cima, mas os problemas estão mais embaixo. A concentração da terra e o patriarcalismo andam lado a lado no semiárido, seja ele bafejado por serras, chapadas, litorais e tabuleiros sublitorâneos, seja ele a clássica depressão sertaneja. É esse universo complexo que ajudou a tornar Maria Antoniêta uma educadora popular, comprometida com uma formação crítica e não apenas como reprodutora de um conhecimento técnico e glacial.

Podia parecer estranho encontrarmos Antoniêta em Petrolina, no sertão de Pernambuco, fronteira com a Bahia, com os estados separados e, ao mesmo tempo, unidos pelo Rio São Francisco, precisamente na virada de 31 de março para primeiro de

abril de 1964. Mas não há nada de estranho nisso. Naquele momento, os sertões constituíam um campo de batalha aberto e hesitante.

Ao se analisar esse período, compreendem-se facilmente as razões que levavam brasileiros, norte-americanos e alemães a disputarem esse espaço, sobretudo depois do triunfo da Revolução Cubana (1959). Grupos religiosos estadunidenses caracterizavam que regiões empobrecidas e de populações famintas eram presas fáceis para movimentos subversivos. Cuba teria dado o recado. Era preciso então evitar que novas revoluções acontecessem na América Latina.

Já surgiram nos sertões, nos anos que precederam ao golpe de Estado de 1964, grupos que, a pretexto de praticar beneficências às populações carentes, desenvolviam atividades que se coadunavam com o espírito repressivo, o qual, na conjuntura ulterior, se traduziu na consolidação de um regime autocrático de corporatura militar. Esse trabalho “pastoral” não se restringia aos rincões do semiárido; inversamente, alastrava-se a partir das capitais nordestinas, a exemplo de Recife (Lima Júnior, 2008), que também eram alvos prioritários dessa ação “evangelizadora”<sup>10</sup>.

O fato é que, em 1964, precisamente no ápice do golpe de classe de implicação militar, Maria Antoniêta Silva Afonso<sup>11</sup> se encontrava no sertão de Pernambuco, realizando um trabalho de caráter pedagógico entre as trabalhadoras e os trabalhadores rurais de Petrolina. Tratava-se de um projeto com recursos oriundos da Alemanha. Ao tratar desse tema, Antoniêta (2023, p.7) assinala: “Aí nós tivemos um apoio muito grande de Arrais<sup>12</sup> nesses projetos todinhos, agora quem pagava era a miséria da Alemanha. Que era uma organização cristã que existia na Alemanha que pagava esses projetos”.

---

<sup>10</sup> A esse respeito, citamos a dissertação de mestrado intitulada *Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco — uma análise da Cruzada de Ação Básica Cristã* de José Ferreira de Lima Júnior (2008), que estudou a experiência do movimento protestante Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) na cidade do Recife, que buscava reproduzir os valores da sociedade estadunidense sob a capa de ações filantrópicas.

<sup>11</sup> Maria Antoniêta assumiu, depois do casamento, a nomação de Maria Antoniêta Silva Afonso, sendo Silva um dos sobrenomes do pai e Afonso do marido. Com essa mudança, ela queria esquecer completamente os laços de família com os que preferiram ficar ao lado da ditadura do que ao dela.

<sup>12</sup> Miguel Arrais era então o governador de Pernambuco. Foi derrubado, preso e depois exilado, na sequência do golpe de 1964.

Visitando diretamente a zona rural ou conversando com os camponeses por meio de uma emissora de rádio, a atividade de Maria Antonietta chamou a atenção dos grupos mais retrógrados de Pernambuco, sobretudo da família Coelho, expressão de uma linhagem de oligarcas que buscava preservar as condições essenciais de uma lavoura quase escravista. Era nesse cenário que a educadora realizava seu trabalho de formação de lideranças rurais que deveriam ser capacitadas para encabeçar os sindicatos que então se organizavam.

Nesse frenesi, ela conheceu as ligas camponesas e o seu líder mais eminente: Francisco Julião. Consequentemente, vitorioso o golpe de Estado, de imediato, ela se tornou um dos alvos das retaliações do latifúndio e das oligarquias políticas pernambucanas. Ela conta a perseguição que sofreu com riqueza de detalhes:

Mas de qualquer maneira quando foi no dia 31 de março eu estava na igreja, numa quinta-feira, quando chegaram lá apressados para me avisar que já tinha os pistoleiros contratados pelos Coelhos para me darem uma surra na frente da igreja de Nossa Senhora Auxiliadora (Antonietta, 2023).

A partir disso, iniciou a fuga dolorosa sertão adentro, buscando sair de Pernambuco e voltar ao Cariri, especialmente a Barbalha, onde ela esperava encontrar amparo e solidariedade. Nesse percurso, integrantes da Igreja Católica e pessoas conhecidas em fazendas, estrada à fora e riacho adentro, provavelmente, ajudaram-na a salvar sua vida.

Ao chegar a Barbalha, contudo, as ilusões se desfizeram. O manto de chumbo da realidade caiu com todo seu peso sobre os ombros da jovem educadora. A força do coturno lhe alcançou com inusual força, afinal se tratava de membro da tradicional família Duarte Grangeiro. Aliás, o prefeito (Joaquim Duarte) e o promotor da cidade (Aleno Duarte) eram primos de sua mãe. O que se viu, porém, nos dias que se seguiram à sua chegada ao município barbalhense, era um espetáculo dantesco. Antonietta foi levada pela polícia até a cadeia pública para prestar depoimento e, em seguida, pela superlotação do local, foi posta em prisão domiciliar.

A sua descrição, ao mesmo tempo, melancólica e eloquente, revela a profunda rotura vivida pelo país:

Aí esse povo me vê entrando como uma presa, você não queira saber o constrangimento. E aquelas pessoas humildes que eu visitava, que a gente fazia renovação do Coração de Jesus na casa deles etc. e tal. Juntou gente naquela praça Engenheiro Eudoro, olhe... tinha gente que chorava, tinha gente que gritava, tinha gente que batia palma porque eu estava presa, uma loucura total e absoluta (Antoniêta, 2023, p. 12).

Após prestar um depoimento de quase 4 horas e ser colocada em prisão domiciliar, Maria Antoniêta se viu no constrangimento de observar a sua casa revirada, assim como seus livros, do “subversivo” *Geografia da fome*, de Josué de Castro, ao panegírico à ordem de *Em cima da hora*, da reacionária Suzanne Labin. Tratava-se de um fenômeno típico de autocracias reacionárias e pouco dadas à leitura e à cultura de modo geral. Mas há um pormenor para o qual o pesquisador ou a pesquisadora não deve se esquivar: a polícia buscava, sobretudo, um exemplar do Manifesto comunista.

A ditadura, contudo, não se moveu inteiramente de uma só vez. Ela foi se movendo e se movendo mais. Se, no primeiro depoimento, ela não sofreu agruras físicas, nos meses seguintes, as torturas físicas foram penosas nas mãos do Major José Lívio de França. Nesse ínterim, a Casa de Menores de Juazeiro do Norte já havia se transformado em um centro de tortura para presos políticos. E foi lá que o Major Lívio, esposo de uma professora colega de Antoniêta, martirizou o corpo e a alma da formadora de camponeses. Ela chorou na primeira oportunidade, mas a tortura seguiu em um crescendo, porém, ela já não chorava e, desde então, decidiu que não iria mais chorar por nenhum motivo. A ditadura se mostrava em todo seu horror e crueldade, destruindo a democracia política e a humanidade das pessoas.

Uma nova página se abriu. A educadora barbalhense chegou a ser levada quatro vezes até Fortaleza em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Durante longos meses, ela padeceu, até que, aproveitando uma das vindas de Castelo Branco ao Cariri, inquiriu o ditador, apresentando-se publicamente como uma das tantas pessoas “injustiçadas

pelo golpe”. A sua história veio a público, e até seu médico de infância e notório político conservador do Cariri, Leão Sampaio, interveio no episódio.

A consequência mais importante desse evento é que, pouco tempo depois, ela foi chamada a Fortaleza e o seu processo foi arquivado. Em tese, ela já não era vista como a perigosa “comunista” e “subversiva”, mas, nos anos seguintes, na prática, seguiu sendo tratada como tal. A atenção dada à “materialidade de seus crimes” levou a que ela não pudesse seguir os estudos, apanhada que foi pelo Decreto 477<sup>13</sup> da ditadura, que, de feito, obstruiu a entrada ou a continuidade de muitos estudantes na vida universitária.

Entre os anos 1960 e 1970, ela tentou, por diversas vezes, reconstruir a vida semi derruída pelo trem de ferro do sistema de poder ditatorial, e morou no Maranhão, no Rio Grande do Norte e no Ceará; casou-se, teve filhos, mudou o sobrenome; por fim, trocou a educação por um cargo público no então Inamps, concursada, mas com enormes dificuldades de ascender na vida pública por conta de sua militância passada junto às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais. Com efeito, era quase impossível separar a sua trajetória do percurso que conduziu à formação dos sindicatos rurais no Brasil.

No começo da década de 1980, já com a ditadura aos pandarecos, tentando engendrar uma transição na qual seus crimes fossem omitidos e ignorados, finalmente Maria Antonietta Silva Afonso, mediante uma seleção interna, começou uma lenta e irrefreável caminhada de ascendimento no serviço público federal.

Desse modo, ao alcançarmos o século XXI, quando as comissões da verdade se espalharam pelo país, ela já se encontrava senhora de condições de vida dignas, após viver anos de agruras e atribulações sob o signo de uma época em que a leitura crítica

---

<sup>13</sup> O Decreto 477 foi determinado durante o governo Costa e Silva, precisamente em 26 de fevereiro de 1969. Em sua Ementa, ele “Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público, ou particulares, e dá outras providências”. Seria de grande utilidade para ditadura em sua política repressiva, sobretudo contra o movimento estudantil, no interior das universidades brasileiras.

do mundo era crime imperdoável. Há, contudo, marcas que não podem ser esquecidas e há crimes que reclamam uma necessária reparação. Nesse sentido, no começo do século XXI, Maria Antoniêta Silva Afonso, já alcançando à época os 60 anos, reclamou ao Estado uma reparação pelos empregos roubados, pelas oportunidades podadas e pelo peito marcado pela iniquidade das torturas, tendo seu pleito plenamente reconhecido.

### **Considerações finais**

Este não é um artigo de diálogo com a historiografia. Por isso, demos prioridade ao diálogo com o material primário, com o fito de reconstruir uma das páginas mais dolorosas de mais de 130 anos de história republicana no Brasil, trazendo para o centro do tablado a trajetória de uma mulher do Cariri cearense que ousou enfrentar a ditadura (1964–1985) com o queixo alto e os olhos bem abertos.

A história de Maria Antoniêta Silva Afonso é a de muitas mulheres que ousaram combater um regime político discricionário que marcou com ferro e fogo os anos 1960–1980. Antoniêta nunca foi uma comunista organizada, mas atuou vigorosamente no processo de formação de lideranças camponesas, esgueirando-se e afastando-se do ponto de vista de seus formadores de inspiração tanto técnica como clerical. Maria Antoniêta agiu como uma mulher independente e combativa e sofreu por isso os horrores não apenas de uma Igreja (com sua cruz) que queria ver seu ponto de vista triunfar na terra como no céu, mas, sobretudo, de uma ordem política que elevou a coação e a tortura à condição de ferramentas comezinhas da vida política.

Nessa perspectiva, a história de Maria Antoniêta é de uma mulher que rompeu com o ambiente familiar conservador, e formada pela Igreja Católica, não se deixou guiar pelo tradicionalismo de sua doutrina e de suas práticas, o que lhe custou um alto preço. Ao ser perseguida pela ditadura empresarial-militar, sendo presa e torturada, ela não teve amparo da família, tampouco da igreja. Mas não se curvou à resignação paralisante. Lutou, resistiu e reconstruiu sua vida. Em suma, apesar da distração de muitos pesquisadores, a história de Maria Antoniêta demonstra que discutir o papel das

mulheres dos sertões na luta contra a ditadura militar-burguesa é parte do esforço de reconstituição desse período de sombra e de resistência.

---

## Referências

---

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

LIMA JÚNIOR, José Ferreira. **Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco** – uma análise da Cruzada de Ação Básica Cristã. 2008. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

QUEIROZ, Fábio José de; LOURENÇO, Eilane Régia Duarte. Três educadoras contra a ditadura nos sertões do Ceará. **Universidade e Sociedade**, ano XXXIV, n. 73, p. 26-35, fev. 2024.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**, tradução: Ângela M. S. Corrêa, São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

## Fonte

Maria Antoniêta, [Entrevista concedida a Fábio José de Queiroz]. 2023.

---

## As autoras

---

**Eilane Régia Duarte Lourenço**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Maria Jéssica Moraes Rodrigues**

Universidade Regional do Cariri

Recebido em 06/2024 • Aprovado em 07/2024 • Publicado em 08/2024